

ATA N.º. 1/2020

Aos dias vinte e seis do mês de setembro do ano 2020, pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocação a Assembleia-Geral (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários para 28 de março de 2020, mas adiada por motivos excepcionais da pandemia Covid-19 para esta data.

A Mesa da AG foi constituída por Bruno Rôlo (sócio n.º. 20699) como Presidente, João Paulo (sócio. 22766) como Vice-Presidente e Humberto Moreira (sócio n.º. 20291) como Secretário.

A Ordem de Trabalhos (OT) continha os seguintes pontos:

1. Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direção e o respetivo parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício e 2019;
2. Proposta n.º. 01/2020: Pedido de autorização de venda do prédio, sito na Parede, Rua Arq.º. Cottinelli Telmo, n.º 317 – 317 A, Murtal, Conselho de Cascais;
3. Proposta n.º. 02/2020: Pedido de autorização de venda da quota-parte de (21/29) de Inválidos do Comércio, do prédio sito na Av. Elias Garcia n.º 25-C (Vivenda Bom Refúgio), Venda Nova, Concelho de Amadora;
4. Informações.

A AG foi realizada ao ar livre, junto do coreto, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde sobre o distanciamento social de forma a fazer face à propagação do covid-19. Deste modo, antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, depois de agradecer a todos a sua presença, fez o enquadramento desta sessão que deveria ter sido realizada em março, mas que devido às circunstâncias excepcionais da pandemia do Covid-19, foi o prazo legal da sua realização prorrogado até final de setembro. Não sendo possível realizar antes, foi neste momento considerado que estariam reunidas as condições para a sua realização, cumprindo as determinações da Direção Geral de Saúde que para tal foi contactada em tempo útil. Assim sendo, foram mantidos os pontos da Assembleia Geral prevista para Março, cuja convocatória tinha sido divulgada nos termos estatutários.

No período antes da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou ainda os presentes que na semana finda tinham os serviços da Segurança Social registado os novos estatutos aprovados na última AG dando assim respaldo legal aos Estatutos.

Terminados estes esclarecimentos, foi apresentado à Mesa um requerimento pela sócia n.º 20292, (Maria Natália Silva Sá Moreira) que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente ata, no sentido de considerar aprovada a redação da ata, elaborada com base na gravação efetuada no decurso da sessão. Foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por maioria dos associados presentes por 53 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções. Estavam inscritos 64 e presentes 59 associados.

Entrando no Ponto 1 da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Presidente da Direção, João Bernardino, que deu as boas-vindas a todos os presentes e agradeceu a participação dos sócios e



comentou as circunstâncias *sui generis* em que está a decorrer esta AG, prosseguindo com a apresentação do Relatório e Contas do ano 2019, baseado num texto que se incluiu a seguir:

“Estimados Associados,

Como é dever da Direção e cumprindo as normas estatutárias, apresentamos o presente relatório e contas, para deliberação dos nossos associados, no qual damos conta das principais iniciativas, realizações e atividades levadas a cabo no ano de 2019.

Neste ano demos seguimento e consolidámos o trabalho lançado anteriormente, planeámos novas ações e caminhos e melhorámos, em geral e em concreto, múltiplas prestações de serviços aos nossos Utentes, as condições de trabalho e salariais dos nossos trabalhadores e continuámos a requalificar as instalações.

A nossa Associação continuou a abrir-se aos nossos Associados e à Sociedade em geral e procurou ir ao encontro das novas realidades e alterações sociais, para dar uma melhor resposta, nomeadamente ao aumento da idade e às patologias com que os candidatos a Utentes procuram a Instituição.

Concretizando, passamos a referir as principais ações que levámos a cabo para alcançar os objetivos traçados:

- Realizámos a obra do espaço da nova farmácia, equipámos as instalações, reforçámos o quadro de pessoal e continuámos a alterar alguns aspetos organizativos e funcionais.
- Terminámos a substituição do pavimento do corredor da Ala Ricardo Covões, continuámos a remodelação dos quartos e substituímos todas as janelas desta Ala por outras que garantam maior conforto.
- Avançámos com as obras dos Bungalows e da realocização do Bar, agora em final de acabamento, ambas indispensáveis ao início da grande Obra da 5ª Fase, que só não avançou em 2019 devido aos atrasos sucessivos do licenciamento pela Câmara Municipal de Lisboa.
- Substituímos as duas portas exteriores próximas do refeitório principal, por portas automáticas, para facilitar a mobilidade.
- Terminámos a pintura exterior do Pavilhão António Casanova, iniciada em 2018.
- Realizámos um largo conjunto de obras de pequena dimensão melhorando e qualificando os nossos espaços.
- Concretizámos a aprovação e implementação das medidas de autoproteção na Creche.
- Lançámos os procedimentos e adjudicámos uma importante obra na cozinha e refeitório principal, que concretizaremos em 2020.
- Continuámos a investir na recuperação do património de rendimento e na sua rentabilidade, com firmes critérios de rigor, bem como na cobrança sistemática de rendas em atraso e a aplicação sem exceções das penalizações previstas na lei.
- Prosseguimos a melhoria da organização de vários serviços e garantimos o total preenchimento dos lugares de chefia em falta.
- Mantivemos atenção à seleção e admissão de trabalhadores em falta, necessários nas várias funções e concretizámos, em simultâneo, um importante e ambicioso plano de formação.
- Aumentámos os salários dos nossos trabalhadores e distribuímos um prémio monetário de acordo com a avaliação funcional e de desempenho.

- A nossa Creche manteve e consolidou um serviço de excelência, dentro do seu plano de trabalho e continuou a investir no desenvolvimento multifacetado das atividades com as crianças.
- A cultura, as atividades recreativas, a animação sociocultural e o estímulo a uma vida ativa dos nossos Utentes mereceram, neste ano, um largo empenho dos nossos técnicos, dos funcionários e de toda a Instituição.
- Reforçámos o serviço de Fisioterapia.
- A Festa de aniversário, dos 90 anos de IC, foi um ponto alto das comemorações que marcou positivamente todos quantos nela participaram.

Em resumo, o ano de 2019 continuou a ser um ano de grande exigência de trabalho, com grandes desafios face às necessidades duma casa como a nossa. Mantivemos o rigor na gestão e a qualificação dos cuidados prestados, como ponto de referência para o qual a Direção orientou os seus esforços e empenho.

Consideramos que dentro das linhas estratégicas que tínhamos definido fomos além do que planeámos, sempre com o objetivo de garantir apoio de qualidade aos utentes e a sustentabilidade desta Associação, mantendo a atenção ao que ainda há para fazer.

Das Contas do exercício de 2019 merece destaque no Balanço o aumento líquido dos ativos fixos tangíveis de 373.477 € e um decréscimo no total dos valores ativos de 590.039 €, situando estes em 24.650.721 €.

Ao nível da Demonstração de Resultados em termos económicos é de salientar que o total dos custos do exercício foi de 7.242.597 € e o total dos proveitos foi de 6.643.070 €, donde resulta um saldo negativo de 599 527 €.

Os aumentos em gastos foi o que levou ao resultado negativo essencialmente por:

- Aumento de 177 mil € em fornecimentos de refeições para utentes e funcionários;
- Aumento de 352 mil € em gastos com pessoal para aumentar o quadro e efectuar ajustes salariais e de categorias;
- Aumento de 172 mil € para mais prestadores de serviços especializados.

Todos estes aumentos pretendem contribuir para uma melhor prestação de cuidados aos nossos utentes.

Dos custos, o peso mais significativo radica nas despesas com pessoal (4.046.196 €) e nos fornecimentos e serviços externos (2.111.452 €) que evidenciam um acentuado acréscimo em comparação com o realizado no ano anterior e com o orçamentado.

Relativamente aos proveitos há a salientar que se mantêm em linha com o orçamentado, tendo como contributo mais significativo, para além da exploração, o montante de 1.680.530 €, relativo a rendas recebidas.



Estamos certos de que, com o apoio de todos, faremos uma Instituição melhor.”

Terminada a apresentação, o Presidente da Mesa solicitou aos presentes que se inscrevessem para o debate sobre o tema em questão. Sem qualquer inscrição, procedeu-se à votação do Relatório e Contas e do parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2019, tendo sido aprovado com 55 votos a favor, 0 contra, 0 abstenções, estando inscritos 63 sócios.

Os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos que estão apoiados em parecer do Conselho Fiscal, tinham por objetivo a venda de imobiliário. Para esclarecer esta proposta falou a Tesoureira Teresa Roque que informou a Assembleia acerca das circunstâncias existentes. No caso do prédio de Cascais, Proposta 01/2020 da ordem de trabalhos, propõe-se a venda de uma vivenda que só tem paredes exteriores, de pequeno espaço, cuja reabilitação só deveria trazer benefícios passados 30 ou 40 anos. A avaliação realizada por perito oficial atribuiu um valor de 175.000 €, valor mínimo a ser considerado na venda.

A proposta 02/2020 da ordem de trabalhos, refere-se à participação 21/29 avos de um imóvel num grande estado de degradação que tem servido para uso de sem abrigo e de depósito de lixo, o que dá origem a operações de limpeza frequentes. Dado que é um imóvel em compropriedade propõe-se que sejam dados poderes à Direção para proceder à venda da parte (21/29) dos Inválidos por um mínimo de 310.000 € ou, em alternativa, seja autorizada a compra da parte restante (8/29) por um máximo de 118.000 €. Nesta segunda situação, seja também autorizada a venda do imóvel por um mínimo de 428.000 €

Feita a apresentação das 2 Propostas, o Presidente da Mesa, colocou à discussão estes pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos, solicitando as intervenções. Em virtude de ninguém se inscrever, foi o ponto 2 (Proposta 01/2020) posto à votação sendo aprovado por 59 votos a favor, 0 contra, 0 abstenções, estando inscritos 64 sócios. Em seguida foi posto à votação o ponto 3 (Proposta 02/2020) sendo aprovado por 57 votos a favor, 0 contra, 0 abstenções estando inscritos 64 sócios.

No ponto 4 da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Vice-Presidente da Direção Francisco Cavalheiro, que fez uma apresentação com base num texto escrito que se incluiu a seguir cujo tema era a forma como tem sido tratada a questão da pandemia Covid-19 nos Inválidos do Comércio:

“ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2020

COVID 19 EM INVÁLIDOS DO COMÉRCIO: AS DIFICULDADES, AS MEDIDAS E ALGUNS EFEITOS

Apesar de esta Assembleia ter por objetivo a atividade da Direção e os aspetos mais relevantes relacionados com a vida da nossa Instituição em 2019, acreditamos que os Associados tenham curiosidade e interesse em conhecer informação sobre as dificuldades e a forma como temos sido afetados pela pandemia.

A dimensão e a importância de Inválidos do Comércio (IC) despertaram, desde o início, a curiosidade dos órgãos de comunicação social e das Instituições autárquicas e governamentais. Por esse motivo,



por um lado, fomos pressionados para dar informações e permitir visitas dos jornalistas e, por outro, foi possível contar com a disponibilidade das Entidades oficiais para nos ajudarem.

Com o nosso número de utentes, trabalhadores, visitas e fornecedores, foi fácil que o contágio chegasse a IC. Por isso fomos das primeiras instituições a ser atingidas com utentes e trabalhadores positivos.

Foi um período muito difícil.

Não havia conhecimentos nem experiência sobre a forma como lidar com a doença, sabia-se que se deviam usar equipamentos de proteção, mas não era claro quais os mais adequados e, pior que isso, foi a dificuldade para os obter.

Pior ainda era o medo de ser contagiado, não só pelos perigos para os próprios, mas também pela possibilidade de contágio dos familiares.

A falta de equipamentos de proteção, na fase inicial em que eram muito raros no mercado, foi dos maiores desafios porque sabíamos que era necessário proteger os trabalhadores, mas não havia equipamentos.

Apesar dessas dificuldades, sempre foi possível dispor dos equipamentos necessários, mas em alguns casos, pagámos preços muito altos e tomámos todas as medidas junto das autoridades que nos podiam ajudar.

Felizmente tivemos o apoio empenhado do Presidente e dos Vereadores da Proteção Civil dos Direitos Sociais da CML, do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, do Delegado de Saúde Regional e do Oficial de Ligação ao Comando Operacional Distrital de Lisboa da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Departamento de Emergência Médica do Instituto Nacional de Emergência Médica, da Coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas Públicas na Longevidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos Médicos Sem Fronteiras, que foram fundamentais para conseguir controlar a fase aguda e evitar casos positivos de utentes e de trabalhadores a partir de meados de maio.

Nos meses de março, abril e maio tivemos cerca de 100 utentes positivos e 75 trabalhadores, sendo 59 de IC e 16 de entidades externas, chegando e haver 59 utentes nos dois espaços Covid, criados para acolher os utentes positivos. No pico de casos positivos (63) foi necessário deslocar 20 utentes para instalações da SCML.

Além dos casos positivos foi necessário manter em isolamento um grande número de trabalhadores e utentes, por terem estado em contacto com positivos. Os utentes cumpriram o isolamento em espaços apropriados na Instituição e os trabalhadores nas suas residências. O realojamento de utentes em quartos de isolamento e a ausência de trabalhadores criaram enormes dificuldades para garantir o apoio aos utentes.

Só com a ajuda das Entidades já referidas foi possível garantir o número de trabalhadores necessário para apoiar os utentes, até porque em várias ocasiões, diversos trabalhadores externos que eram



recrutados revelaram-se infetados e, quando se conhecia o resultado dos testes, iam também eles para isolamento em casa.

No total prestaram serviço em IC 74 trabalhadores externos, entre 1 de abril e 31 de agosto, por períodos que variaram entre alguns dias e mais de três meses.

Logo no início dos primeiros casos positivos foram alojados 24 utentes negativos num hotel de Lisboa, onde permaneceram 40 dias acompanhados por trabalhadoras de IC em permanência. As refeições eram confeccionadas em IC e entregues no hotel pelos nossos serviços. Os custos desta estada no hotel foram suportados pela CML.

Foi um período de sucessivas alterações legislativas, com publicação quase diária de normas e regulamentos que tivemos de aplicar no dia-a-dia, apesar de tentarmos reduzir o número de trabalhadores ao serviço, para reduzir os contatos com o exterior.

Para aplicação dessas alterações legislativas foram publicadas 17 Notas Informativas internas, entre o dia 5 de março e o dia 29 de maio, no total de 20 até esta data.

Para mantermos informados os familiares dos nossos utentes, a imprensa e todos os que consultam o nosso site na Internet, publicámos 43 comunicados sobre a situação em IC, desde o dia 24 de Março até 23 de Setembro.

Desde abril até 31 de agosto estão contabilizados custos extraordinários, diretamente necessários para fazer face à pandemia, de cerca de 57.000 Euros, só em equipamentos de proteção ou similares. Considerando os custos adicionais com pessoal, obras nas instalações e aquisição ou aluguer de máquinas, devido à deslocalização de utentes dos seus quartos habituais, o total será de aproximadamente 250.000€.

Apesar de todos os esforços, das ajudas das Entidades já referidas, a quem fizemos questão de agradecer oficialmente e publicamente, lamentamos a morte de 19 utentes, o último dos quais em 23 de maio, a quem foi diagnosticada a doença Covid-19, em geral já bastante debilitados por outras doenças conhecidas, que poderiam ser causa de morte mesmo sem a Covid.

Para terminar, a Direção entende que é muito importante agradecer à maior parte dos trabalhadores, a dedicação, o profissionalismo e o empenho com que assumiram o trabalho nesses dias muito difíceis, a quem já agradecemos publicamente e recompensámos, nos casos de especial destaque.

Lisboa, 26 de setembro de 2020

A Direção”

Terminada a informação, o Presidente da Mesa deu a palavra à Tesoureira Teresa Roque que referiu o grande trabalho desenvolvido pelos trabalhadores que nunca viraram as costas às dificuldades de lidar que esta perigosa pandemia. Também os utentes acataram com serenidade as recomendações, o que ajudou ao sucesso do seu controlo.

Em seguida o Presidente da Mesa deu a palavra aos sócios para exprimirem as suas opiniões. Para uma única inscrição falou o sócio Manuel Augusto Fonseca Martins, (sócio nº 20735), que referiu ter a sua mulher internada há 6 anos e a visitava 2 vezes por semana antes da pandemia, mas que agora tinham passado vários meses sem a ver. Verificou as melhorias realizadas em Inválidos e na enfermaria em particular, pelo que queria elogiar e agradecer à Direção o trabalho realizado.

Foi dada a palavra ao Presidente da Direção para agradecer aos Órgãos Sociais que apoiaram a Direção e a disponibilidade dos trabalhadores e dos utentes, trazendo ao de cima o espírito da casa.

Continuou dando informação sobre a situação, bastante divulgada pela comunicação social, do Lar de Marvila que tem previsto o seu fecho, mas que ainda alberga 147 utentes. Inválidos do Comércio acolheram 28 utentes deste lar e comunicaram à Segurança Social a sua disponibilidade para fazer a gestão do Lar para resolver o problema destes idosos. Até ao momento ainda não havia qualquer resposta.

O Presidente da Mesa tomou a palavra para fazer uma declaração onde elogiou a Direção e os trabalhadores pela forma como tem sido conduzido o processo da pandemia e cumpridas as condições emanadas pela Direção Geral de Saúde. Trouxe à lembrança os preceitos de solidariedade que devem nortear a Instituição Inválidos do Comércio e por isso, esta atitude da Direção de se disponibilizar para apoiar o Lar de Marvila, deveria orgulhar-nos a todos. Por estes motivos, propôs o Presidente da Mesa uma moção de louvor à Direção e trabalhadores que foi votado e aprovado por unanimidade.

Devido às circunstâncias excepcionais que vivemos devido à pandemia, propôs o Presidente da Mesa um voto de pesar e condolências aos familiares pelo falecimento dos entes sócios dos Inválidos. Voto aprovado por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, os trabalhos foram encerrados pelo Presidente da Mesa pelas 16:10 horas.

O Presidente:



Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo

O Vice-Presidente:



João Eduardo Augusto Paulo

O Secretário:



Humberto Rui Moreira